



Comunicado a toda a população do nosso Concelho



Os Candidatos à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia propostos pelo C.D.S. vêm solenemente reafirmar a CERTEZA em dar continuidade à deliberação aprovada na reunião da Câmara Municipal do dia 23 de Novembro do corrente ano, por proposta do Snr. Presidente da Câmara, Eng. Losa Faria e respeitante à intransigente defesa da orla litoral, cujo teor passamos a transcrever:

Por todas as razões é conhecida a nossa acérrima defesa da orla litoral, de utilidade pública, face ao risco da sua privatização.

Profundamente conscientes que nos encontramos no caminho certo ao preservarmos o acesso de todas as populações e turistas à orla litoral, num Mundo que procura cada vez mais a qualidade de vida e o usufruto da natureza; numa Europa que vê fugir cada vez mais os turistas para zonas naturais, só porque tardiamente — já depois de o erro ter sido cometido — os seus governos declararam de utilidade pública a orla litoral, interditando deste modo uma ocupação desses solos, mas infelizmente já consumada em grande parte; num concelho como o de Esposende, de tamanho humano, onde o Homem e a Natureza estão de mãos dadas e a iniciativa privada deve intervir com inteligência pragmática e realista, com imaginação criadora e adaptativa, para não alterar ou degradar o equilíbrio natural.

Tendo ouvido em 16 do corrente mês o parecer favorável a esta Câmara Municipal do seu conselheiro jurídico relativamente a esta causa.

Sentindo profundamente a continuada angústia das populações do Concelho de Esposende face à resolução definitiva desta situação.

Tendo vindo a assistir ultimamente a autênticas manobras de diversão eleitoralistas conjugadas e destinadas a desviar a atenção da população concelhia da resolução deste gravíssimo problema que lhe diz inteiramente respeito, como seja:

a) O artigo publicado em o Jornal «O Cávado» n.º 437, no dia 7 de Outubro e assinado por B. A., presumível administrador da Celanus, e que serviu imediatamente de base a uma operação combinada com o Partido Social Democrata (P.S.D.), através dos seus representantes nesta Câmara Municipal, um deles accionista da Celanus, o Snr. Manuel dias Ferreira;

b) A campanha pública montada por outro administrador da Celanus, o Snr. António José da Costa Leme, ex-presi-

dente da Câmara Municipal de Esposende, em cuja vigência foi celebrada a escritura da Celanus;

Alertamos a população do nosso Concelho desta manobra de conjunto e Propomos:

- 1 — Que a Câmara Municipal remeta imediatamente aos tribunais competentes uma acção judicial reivindicativa dos terrenos denominados «Dunas de Esposende», que se estendem da Foz do Cávado à Foz do Neiva;
- 2 — Que seja elaborado imediatamente pela Câmara Municipal proposta de diploma legal que classifique todas as dunas do Concelho de Esposende, de Apúlia à Foz do Rio Neiva, como ZONA DE UTILIDADE PÚBLICA — Z.U.P. (Reserva Natural, Paisagística, Recreativa e Ecológica), diploma este a ser submetido à aprovação do Governo e consequente publicação no Diário da República.

Num momento em que todos vamos ser chamados a escolher aqueles que irão dirigir os destinos do nosso Concelho não poderíamos deixar de apresentar com clareza e sinceridade a toda a população este problema fundamental.

Votar nos candidatos do C.D.S. é:

ter a CERTEZA da proibição de construções nas dunas;

ter a CERTEZA de que as praias não serão nunca privatizadas;

ter a CERTEZA da utilidade pública das praias;

ter a CERTEZA de que as praias são definitivamente para todos.

Esposende, 30 de Novembro de 1982